

OPINIÃO E DEBATE

A informatização da sociedade e os valores culturais

No final do século XX, o homem assiste, na maioria dos casos passivamente, a uma transformação fundamental em sua vida cultural e adaptativa como ser social: o uso do computador. A sociedade informatizada, resultante da crescente utilização dos meios eletrônicos de processamento de informação está, sem dúvida alguma, provocando uma mudança nos padrões culturais da humanidade.

A capacidade de aprendizagem se modifica, na medida em que não se depende mais apenas do cérebro para armazenar informações. O computador chega às empresas, aos bancos, à medicina, a todo o campo de conhecimento e agora às escolas, instituição decisiva na formação do homem.

Dentro desta perspectiva, toda a cultura passa a ser influenciada por este meio eletrônico de processar informações. O cérebro fica mais livre para o pensar. Os jogos eletrônicos, os "video-games", video-cassetes com seus sistemas de informações; todos os serviços gerados pelo computador estão de um lado facilitando e até dinamizando alguns setores. Por outro lado, estão levando o homem a violentar uma condição natural do ser gregário que é a sua sociabilidade. Com o computador, o interlocutor do homem deixa de ser, em muitos momentos, outros homens, que são substi-

tuídos pela máquina. Que mudanças comportamentais e psicológicas decorrem daí é um espaço aberto que poucos se atreveram a penetrar.

Com a introdução do computador em diversos setores da sociedade, hábitos milenares vão se modificando. O homem passa a se voltar mais para sua casa, deixando de participar nas ruas, nos centros de cultura, não apenas do produto cultural em exposição, mas principalmente do convívio com outras pessoas. O padrão comportamental fruto da sociedade informatizada é algo que fascina e, ao mesmo tempo, atemoriza.

A questão, mais uma vez, passa a ser a boa ou má utilização do computador: o uso criterioso ou excessivo em detrimento de outras atividades lúdicas e também físicas, principalmente para as crianças em fase de desenvolvimento. As influências culturais estão apenas se esboçando. Entretanto, como em todas as grandes descobertas científicas, elas chegam e se estabelecem e só depois são discutidas amplamente pela sociedade, quando o são. O "1984" de George Orwell se avizinha?

A idéia de uma sociedade manipulada pelo computador é descartada pela maioria dos pesquisadores da área; embora não se negue a possibilidade da chamada "inteligência artificial" e os

computadores de 5ª geração apresentarem resultados imprevisíveis.

Como ser adaptativo, o homem terminará, por certo absorvendo mais esta novidade pós-Revolução Industrial. A força da informática produzirá, no entanto, mudanças tão ou mais drásticas quanto as vividas durante a revolução industrial. A noção de cultura não deixará, portanto, de ser atingida. Aliás, já está se modificando através dos meios eletrônicos de comunicação que tendem a padronizar, a partir de modelos construídos nos grandes centros urbanos como no Rio de Janeiro e São Paulo, toda uma variada gama de valores e realidades regionais diferenciadas e ricas existentes em cada ponto do país.

Com a introdução, no cotidiano social de tecnologias ainda mais avançadas, que substituem em grande parte a relação homem-homem por homem-máquina, novos valores e padrões comportamentais são introjetados. Como interagir neste processo adaptativo para uma absorção menos indolor e de preferência não inconsciente é um difícil desafio, visto que poucos detêm a informação deste processo para vivê-lo criticamente. A maioria dita silenciosa, não por decisão, mas por falta de opção, termina ficando entre a admiração e o temor.

Se entendermos o computador (e todos os seus derivados) como mais um instrumento de cultura, como o foram tantos outros símbolos ao longo da evolução da humanidade, talvez seja mais fácil absorvê-lo. O problema é que a discussão vai muito mais além de uma simples aculturação pelo homem de uma nova tecnologia. Estas influências variam desde alterações comportamentais, criação de novos valores sociais a novos sistemas políticos, onde a informação controlada passa a determinar o saber e o poder de um outro homem e de outra Nação. As correlações de forças se modificam.

A privacidade ameaçada pelo controle da informação contida nos bancos de dados e a penetração na individualidade de cada pessoa é algo a ser amplamente debatido para a criação de uma

legislação eficaz que permita a proteção desse direito do cidadão. Esta, como outras, são questões inteiramente em aberto, mas sobre as quais não podemos deixar de nos debruçar, pois os riscos de alienação, neste caso, são imprevisíveis e, provavelmente irreversíveis.

Histórico

Inicialmente, a relação era direta entre o homem e a natureza, numa interação harmoniosa. A produção visava a subsistência de pequenos grupos. Aos poucos o homem foi modificando a natureza a partir de ferramentas criadas por necessidade de adaptação aos diferentes climas e ambientes. A economia deixa de ser de subsistência e passa a estimular a troca. O comércio se institui e, com ele, padrões monetários que terminam por criar o excedente e, conseqüentemente, o lucro.

A agricultura passa a determinar a base da economia, até que, no final do século XVII teve início a Revolução Industrial diante de homens perplexos com a produção em série e a introdução das máquinas. O impacto social foi inevitável. Conflitos se sucederam e ainda ocorrem, em conseqüência dessa transformação que terminou gerando, com o advento do transistor, no final da década de 1950, o desenvolvimento da microeletrônica. Com a microeletrônica surge a Revolução Pós-Industrial, onde a base da economia deixa de se assentar na agricultura ou na indústria de produtos para se acoplar na indústria da informação, do conhecimento.

Novo conflito é vivenciado neste final do século XX. Alguns resistem às novas maravilhas tecnológicas, por temê-las. Outros as advogam como única forma de sobrevivência do Terceiro Mundo na sua relação de poder com os países desenvolvidos. No Brasil, a Informática ganha impulso. Através do decreto Lei nº 84.067, de 8 de outubro de 1979, é criada a Secretaria Especial de Informática (SEI), órgão vinculado ao Conselho

de Segurança Nacional. Seu objetivo é criar uma Política Nacional de Informática visando a "capacitação tecnológica do país no setor, para o melhor atendimento dos programas prioritários do desenvolvimento econômico e social e o fortalecimento do Poder Nacional".

O governo federal conjuga esforços para o desenvolvimento tecnológico autônomo brasileiro na área de Informática, criando para isso o Centro Tecnológico para Informática (CTI), em Campinas, onde são desenvolvidos projetos nas áreas de microeletrônica, instrumentação, automação e computação.

Os Sindicatos começam a questionar a introdução de tecnologias sofisticadas num país onde grande parte da população ainda é analfabeta; onde existe mão-de-obra ociosa e onde o desemprego é crescente. Entretanto, ao vincular o desenvolvimento da Informática com a questão da dependência tecnológica brasileira, o governo convence parcela da população bem informada e os parlamentares da necessidade de uma legislação específica que preserve o mercado brasileiro do setor para as empresas nacionais e contra as investidas das multinacionais.

A questão é discutida, basicamente em seu aspecto econômico. O lado social das necessidades reais do país frente a uma realidade interna é praticamente relegado a um segundo plano. Embora existam tímidas tentativas da própria SEI em sugerir às empresas que façam reciclagem de mão-de-obra, ao optarem por novas tecnologias, isto não vem de fato ocorrendo, já que a Secretaria Especial de Informática, a título de não interferir diretamente na iniciativa privada, permite que na relação patrão-empregado, prevaleça a lei do mais forte.

Como a informação é privilégio de poucos num país de analfabetos e de distribuição de renda tão heterogênea e onde o poder aquisitivo da população em geral é restrito, questões fundamentais como a informatização da sociedade são manipuladas por poucos, em detrimento de muitos. Entretanto, seus efeitos são

visíveis e atingirão a todos, independentemente de sua participação nas decisões políticas do país ou de sua informação sobre estas decisões.

Transformações culturais

"A comunicação e a informação constituem o sistema nervoso das sociedades contemporâneas; desempenham papel essencial no desenvolvimento sócio-econômico. Os desequilíbrios que se constatarem hoje na capacidade de comunicar e ter acesso a informações úteis para o progresso, principalmente informações científicas e técnicas; refletem os gravíssimos desequilíbrios que existem entre os diferentes países do mundo". A afirmação é do Diretor-Geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M' Bow, em artigo intitulado "A Comunicação a serviço do homem", publicada na revista *Correio da Unesco*, nº 5, de 1983.

Neste mesmo artigo, o diretor da Unesco aponta os riscos à identidade cultural dos povos pela interdependência crescente da comunicação e cultura. Chama a atenção para as facilidades da comunicação de massa e dos problemas que cria para a comunicação interpessoal, gerando "um desequilíbrio no diálogo interno de cada sociedade, ao criarem uma desigualdade entre a minoria dos que "emitem" e a maioria dos que "recebem".

O desenvolvimento da tecnologia da informação geralmente é enfocado sobre a ótica do progresso econômico, única forma de romper a diferença existente entre os países hoje desenvolvidos dos subdesenvolvidos ou em vias de. O modelo é sempre mencionado. Os padrões sociais copiados como aspiração de toda uma sociedade que durante os últimos 21 anos de governo militar não participou do principal processo decisório em seu país: eleições presidenciais.

Na sociedade pós-industrial, "a era da informação terá um impacto muito mais decisivo sobre a sociedade do que o advento da revolução industrial

que teve início com a invenção das máquinas a vapor, pela simples razão de que a função básica do computador é amplificar e substituir o trabalho mental humano, enquanto as máquinas a vapor apenas substituíam e amplificavam o trabalho físico", afirmava Octávio Gennari Neto, ao analisar o impacto social das novas tecnologias, durante o XIV Congresso Nacional de Informática, em São Paulo, em outubro de 1983.

A preocupação de Gennari Neto é motivo de discórdia entre os especialistas da área. Enquanto alguns concordam com seu alerta, outros defendem justamente o inverso: que as máquinas irão liberar o homem de atividades físicas para o desenvolvimento de suas faculdades mentais. Tenha um ou outro razão, o fato é que as mudanças comportamentais são inevitáveis.

A estrutura familiar, em crise neste final do século XX, certamente ganhará novos contornos diante do impacto desta nova tecnologia. O retorno do trabalho para o lar, previsto por especialistas, poderá por um lado voltar a reunir a família, hoje fragmentada em horários e raras oportunidades de convívio. As facilidades domésticas, no entanto, também poderão contribuir para o ócio sem perspectivas, como hoje se vê no caso dos aposentados, caso a sociedade não os prepare para a aquisição de outras tarefas físicas e lúdicas. Afinal, o ser humano é feito também de um corpo e não apenas de uma mente, sendo a integração destes dois elementos essenciais.

A questão educacional é, portanto, inadiável. Como não alienar ainda mais do processo produtivo grande massa de trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos que, repentinamente, verão suas tarefas substituídas sem compreendê-las? Com as grandes diferenças educacionais existentes hoje nos países do Terceiro Mundo, corremos o risco de ampliar o espaço entre estes dois segmentos da sociedade, marginalizando cada vez mais o homem que não teve acesso ao processo educacional.

Numa sociedade altamente automatizada, hábitos sociais como ir ao supermercado, às livrarias, lojas, mesmo sem objetivos imediatos de compras, mas pelo simples prazer de olhar as mercadorias expostas e participar coletivamente de uma situação dada serão profundamente modificados. Que tipos de neuroses serão criadas com este novo modelo de sociedade é algo ainda não perceptível.

Embora no âmbito educacional a principal defesa da informática seja a introdução de um ensino mais qualitativo, levando em conta as diferenças individuais, a substituição do professor pela máquina na relação com o aluno que já se verifica em vários lugares não pode deixar de ser questionada tendo em vista as necessidades de comunicação humana que sempre nortearam a vida em sociedade. Além do que, o ato de educar não é apenas a transmissão de informação, mas sobretudo ensinar a pensar e a formar pessoas.

Os aspectos psicológicos associados ao uso da máquina em substituição ao homem é algo que assusta e torna as pessoas inseguras, como demonstra Jean-Jacques Servan-Schreiber, em seu livro polêmico **O Desafio Mundial**, editado em 1980. Schreiber transcreve depoimentos de pessoas assustadas com a revolução pós-industrial, tais como Alexandre Pollock, gerente de um dos bancos de Chicago, nos Estados Unidos, que disse: "Eu, como a maior parte dos gerentes, fui feito para falar, ditar, me **comunicar** com outros seres humanos subordinados ou superiores. Não fui feito para meter idéias em uma máquina".

Com este e outros depoimentos, Schreiber chama a atenção para as pressões psicológicas introduzidas pelas máquinas infalíveis que poderão, ao contrário de ajudar, prejudicar o trabalho do homem, se este não for suficientemente preparado para entender as modificações tecnológicas introduzidas pela eletrônica.

A questão da privacidade

A privacidade ameaçada parece

ser o único ponto de convergência entre os defensores e os que atacam a introdução em larga escala da automação na sociedade contemporânea. Como tecnicamente, os fabricantes das máquinas não parecem preocupados com sistemas de controle dos dados armazenados no computador, surgem discussões em torno da necessidade de legislações, específicas e bem detalhadas sobre a questão.

O artigo XII de Declaração Universal dos Direitos Humanos ficará praticamente impossível de ser preservado com os sofisticados métodos de processamento de informação e a introdução de uma identificação única para os homens. "Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques", diz o artigo citado.

Entretanto, se nos regimes totalitários, independentemente de tecnologias sofisticadas, estes direitos humanos já não são respeitados, que perspectivas tem o homem, na medida em que correspondências já podem ser violadas por sensores sem deixar qualquer sinal de manipulação a seu destinatário? Que direitos tem o homem quando na França, de acordo com artigo de Maria Tereza de Oliveira, "A privacidade ameaçada", publicado na revista *Dados e Idéias*, de abril de 1977, uma firma promoveu ampla campanha entre os diretores de empresas visando a venda de um microinterceptor capaz de controlar tanto as linhas telefônicas como as conversas particulares de seus empregados?

O controle da informação ou a utilização e manipulação de informações sobre o indivíduo não necessariamente fidedignas poderão comprometer toda a sua vida profissional ou pessoal. Com as facilidades introduzidas pelo armazenamento e disponibilidade fácil das informações no computador, a concentração do poder nas mãos de poucos torna-se uma realidade assustadora.

A liberdade de opinião, o senso de humor próprio do ser humano deverá ser afetado pelos sistemas de informação. Ninguém estará a salvo deste controle e, por isso mesmo, a tensão deverá ser permanente. Evidentemente, o nível destas inevitáveis mudanças dependerá de uma decisão política dos governantes. No entanto, como poucos decidem por muitos sem ao menos consultá-los; e a disseminação da informação sobre os possíveis controles decorrentes da informatização da sociedade não são divulgados amplamente para debate na sociedade, estas alterações vão aos poucos se introduzindo no dia-a-dia do cidadão comum que terá cada vez mais uma visão fragmentada do processo produtivo no qual está inserido. Dessa forma, sua percepção crítica do todo fica prejudicada. E, com a alienação, a submissão é sempre mais fácil...

Graça Caldas

(Jornalista, ex-professora do IAC/PUCCAMP e aluna do Curso de Pós-Graduação em Comunicação Científica e Tecnológica, do Instituto Metodista de Ensino Superior — IMS)

Da tolerância e da intolerância em matéria de opinião

Pensar é formar opiniões. É aplicar-se a distinguir o verdadeiro do falso.

Possuímos a maior parte de nossas opiniões sem saber porquê, não conhe-

cendo as razões que poderiam ser dadas de sua veracidade. Isto porque elas nos são transmitidas por imitação, conservando-se por hábitos. São, no sentido próprio da palavra, **pré-conceitos**.

Pensar livremente é tomar consciência interiormente das razões de sua verdade. Quando não penetramos até estas razões, podemos ter opiniões verdadeiras, mas não conhecemos a verdade.

O pensamento e sua manifestação por atos, palavras e escritos são, de alguma maneira, dois momentos inseparáveis. Acreditar que uma idéia é verdadeira é acreditar que ela é verdadeira para todos. Como, pois, não querer comunicá-la; como não querer agir e fazer agir os outros, segundo esta evidência interior ?

A liberdade de pensar, portanto, é a faculdade de examinar as coisas por si mesmo; de formar, pessoalmente, as suas opiniões e de manifestá-las. É no fato de que a verdade se revela interiormente que se funda o dever de **tolerância**.

A intolerância julga justificar-se pelo seguinte raciocínio: a verdade deve combater o erro e empregar todos os meios para fazê-lo desaparecer. Ela tem todos os direitos pelo fato mesmo de que é verdade. Aliás, esse raciocínio não traduz um impulso natural ? Quando somos convencidos de uma coisa, não possuímos uma tendência involuntária para impô-la por meios mais eficazes do que a persuasão aos outros, a fim de garantir o seu triunfo legítimo ?

No fundo do argumento da intolerância há um absurdo lógico.

Estamos certos de possuir a verdade. (Conceitualmente, podemos chamar de **verdade**, acompanhando Hannah Arendt, "aquilo que não podemos modificar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós."). Mas donde nos vem esta certeza ? De nenhuma outra fonte além de razões individuais. Por mais majestosa que seja uma verdade, qualquer que seja a autoridade que lhe venha de uma venerável tradição, não tem outros rótulos além dos de ter parecido verdadeira a um certo número de indivíduos. A verdade

sé se revela interiormente em espíritos individuais. E o erro que se quer perseguir possui justamente os mesmos títulos. Este erro também pareceu verdadeiro aos que acreditaram nele. Não é contrário a todo espírito de justiça conceder a uns o direito de julgar por si mesmo, recusando este direito aos outros ?

Há mais. A razão individual engana-se às vezes no momento mesmo em que se julga mais impressionada pela evidência. Destarte, sendo a verdade interiormente descoberta pelo conhecimento de razões de crer, devemos conceder aos outros, como a nós mesmos, o direito de julgar por si mesmo e de conservar, mesmo na certeza, o sentimento do erro possível. Por isso que considero a **Opinião** como um dos elementos indispensáveis numa democracia.

O mal próprio da intolerância é de uma outra natureza e talvez ainda mais temível. A verdade só pouco a pouco aparece, revelando-se progressivamente. Em todas as coisas, os homens começam por ter opiniões falsas ou incompletas. Em seguida aparecem outros homens que têm opiniões "mais justas", destruindo ou completando as outras. Deste modo, o progresso se faz pela livre discussão e pela crítica.

A intolerância — própria dos regimes totalitários — que mata a crítica, mata, ao mesmo tempo, a vida do espírito. E esta afirmação é verdadeira para todos os domínios. Verdadeira para as ciências, filhas do livre exame, nascidas quando a razão se libertou da autoridade religiosa, progredindo não somente pela edição de verdades novas, como pela revisão incessante e reconstrução das teorias; verdadeira para a moral e para a política, só tendo o Direito se desenvolvido por causa das idéias novas e ousadas, e só tendo sido vencidas as más instituições aos golpes repetidos da crítica nos discursos, na imprensa e nos livros.

E a História já mostrou que a intolerância, cedo ou tarde, paga duramente sua ousadia por querer paralisar o progresso dos espíritos e das instituições.

As duas fontes constantes da intolerância são: o espírito de dominação e o interesse. Espírito de dominação inerente à natureza humana; tendência inveterada da vontade humana em dar regras às outras vontades. Interesse de um governo ou de uma classe social em preservar a sua supremacia e os seus privilégios, impedindo que sejam discutidos e criticados.

São estas as duas causas que conspiram, ainda hoje, para oprimir o pensamento, que é, necessariamente e por essência, uma força de libertação e de revolta contra as injustiças e as "certezas" dos dogmas.

Proibir a liberdade de opinião é pretender a infabilidade de alguém.

João Ribeiro Júnior
(Professor do IAC/PUCCAMP)